



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro-
Coordenação de Análise Técnica

Parecer nº 25/FEAM/URA TM - CAT/2024

PROCESSO Nº 1370.01.0007643/2023-28

ANEXO DE EXCLUSÃO E PRORROGAÇÃO DE CONDICIONANTES DO PARECER TÉCNICO nº 25508191		
INDEXADO AO PROCESSO	PA SLA	SITUAÇÃO
Licenciamento Ambiental	344/2021	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO Licença Ambiental Simplificada - modalidade LAS/RAS		
CERTIFICADO DE LICENÇA Nº 344 - Validade 16/02/2031		

EMPREENDEDOR	GILDO MANTUAN NETO		CPF	052.197.038-54
EMPREENDIMENTO	Fazenda Batalha – Matrículas 12.694 e 12.695			
MUNICÍPIO(S)	Estrela do Sul - MG		ZONA	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA				
LAT/Y		7.926.779 '	LONG/X	204.359
(DATUM):				
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO:			CLASSE
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura			2
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)			3
EQUIPE INTERDISCIPLINAR			MATRÍCULA	ASSINATURA
Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo - Gestora Ambiental (CAT TM)			1.364.971-0	
Gabriel Ferrari de Siqueira e Souza – Gestor Ambiental de Formação Jurídica			1.496.280-7	
Rodrigo Angelis Alvarez - Coordenador de Análise Técnica (CAT TM)			1.191.774-7	
Paulo Rogério da Silva - Coordenador de Controle Processual (CCP TM)			1.495.728-6	



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 14/03/2024, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 14/03/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor (a)**, em 14/03/2024, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ferrari de Siqueira e Souza, Servidor(a) Público(a)**, em 18/03/2024, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84102501** e o código CRC **2186DA95**.

Referência: Processo nº 1370.01.0007643/2023-28

SEI nº 84102501



1. INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se à solicitação de prorrogação de prazo do item 02 (Efluentes Líquidos) para o ano de 2023 e exclusão do mesmo item para os próximos anos, bem como a exclusão do item 03 (Efluentes Atmosféricos) do Programa de Automonitoramento, relacionados no parecer nº 25508191 (SEI), referente à Licença Ambiental Simplificada.

A referida licença foi concedida em 16/02/2021 pela outrora Superintendência Regional de Meio Ambiente da Supram Triângulo Mineiro, para o empreendimento Fazenda Batalha – Matrículas 12.694 e 12.695, localizado no município de Estrela do Sul - MG.

2. DA SOLICITAÇÃO

O empreendedor solicitou por meio dos documentos SEI nº 60988084 e 60988086, protocolados em 16/02/2023, ambos situados no processo SEI nº. 1370.01.0007643/2023-28, a prorrogação do item 02 referentes aos Efluentes Líquidos para o ano de 2023, sua exclusão para os próximos anos, bem como a exclusão do item 03 do Programa de Automonitoramento.

Os itens seguem transcritos conforme parecer 25508191 (SEI):

Item 02 do Anexo II – Programa de Automonitoramento de efluentes líquidos:

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída do Sistema de tratamento dos efluentes sanitários (1)	pH, sólidos sedimentáveis, DBO 5,20, DQO, sólidos em suspensão, óleos e graxas, detergentes, coliformes totais, coliformes fecais, Escherichia Coli	Anual

(1) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar anualmente à Supram, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas. Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

Item 03 do Anexo II – Programa de Automonitoramento de emissões atmosféricas:

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Veículos movidos a óleo diesel	Portaria IBAMA 85/1996	Anualmente

Relatórios: Enviar anualmente a Supram TM os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos



laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM 187/2013, Resolução CONAMA nº 382/2006 e nº 436/2011.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da concessão da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

O empreendedor solicita no documento SEI 60988084 a dilação de prazo por mais 30 dias para cumprimento do item 02 referentes aos efluentes líquidos para o ano de 2023, tendo como justificativa que houve um equívoco por parte do prestador de serviço de laboratório que realizou a coleta em uma fazenda de mesmo nome do mesmo empreendedor, porém de outro município.

A coleta deveria ter sido feita em janeiro/2023 mas como não foi feita, não houve período hábil para incubação da amostra e emissão do relatório de análise. Logo, o prazo de 30 dias foi solicitado, pois a entrega do resultado deveria ter sido protocolada em 16/02/2023, conforme licença LAS RAS 344/2021 e a análise ficaria pronta somente em 17/02/2023 devido ao equívoco.

O empreendedor apresentou uma declaração do laboratório contratado (documento SEI 60988085) informando que a coleta foi feita em 13/02/2023, com resultado de análise previsto para 17/02/2023.

Quanto às exclusões solicitadas no documento SEI 60988086 para os itens nº 02 referente à análise de efluentes líquidos sanitários e item 03 efluentes atmosféricos provenientes dos veículos movidos à óleo diesel, o empreendedor apresenta as seguintes justificativas:

- Efluentes líquidos sanitários: o empreendimento possui fossa séptica em alvenaria, lançamento através de sumidouro/vala de infiltração e está de acordo com a NBR/ABNT nº 13.969/1997. Além disso, a Resolução CONAMA 430/2011, artigo 2º precisa que a disposição de efluentes no solo não está sujeita aos parâmetros e padrões por ela determinadas. Portanto, foi solicitada a exclusão do monitoramento deste efluente.
- Emissões atmosféricas: a justificativa apresentada se baseia no texto da Portaria IBAMA nº 85/1996 e Resolução 418/2009, onde respectivamente versam sobre frota própria de transporte de carga ou de passageiros e Plano de Controle de Poluição Veicular a ser elaborado pelos órgãos ambientais.

3. DA ANÁLISE

Considerando que o prazo para o cumprimento das condicionantes era anualmente, e que o requerimento em apreço foi protocolizado tempestivamente em 16/03/2023, ou seja, antes do fim do prazo de apresentação para o ano corrente, entendemos que a justificativa de prorrogação de prazo é plausível para o item 02 do Programa de Automonitoramento Efluentes Líquidos.



No que diz respeito à exclusão do mesmo item (Efluentes Líquidos) para os anos posteriores à 2023, este órgão entende que a justificativa também é plausível levando em consideração o que determina a Resolução CONAMA nº 430 dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Quanto à exclusão do item 03 referentes aos efluentes atmosféricos, ainda que a Portaria IBAMA 85/1996 especifique sobre o tipo de frota a ser monitorada, o órgão ambiental entende que as emissões atmosféricas oriundas de veículos movidos a diesel utilizados em propriedades rurais constituem em impacto ambiental relevante a ser monitorado.

Entretanto, pelas justificativas apresentadas, acatamos a solicitação de exclusão do item 03, referente aos efluentes atmosféricos nos moldes da Portaria IBAMA 85/1996 (Parecer SEI 25508191) porém, solicitamos em substituição a apresentação anual do Relatório de Manutenção dos veículos movidos a diesel.

Portanto o item 03 do Programa de Automonitoramento permanece mantido, com a nova redação:

Item 03 do Anexo II – Programa de Automonitoramento de emissões atmosféricas:

Apresentar o Relatório de Manutenção dos veículos movidos à óleo diesel utilizados no empreendimento.

Período de Execução: Durante a vigência da Licença Ambiental

Frequência de Análise: Anualmente.

Prazo para Protocolo: Apresentar até o dia 20º dia do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

4. CONTROLE PROCESSUAL

De acordo com o pedido feito, solicitado por meio dos ofícios SEI nº 60988084 e 60988086, que se encontra no processo SEI nº. 1370.01.0007643/2023-28, protocolado na data de 16/02/2023, que versa sobre a prorrogação do item 02 referentes aos Efluentes Líquidos, por mais 30 (trinta) dias, e a exclusão do item 03 do Programa de Automonitoramento, do Parecer Técnico nº 25508191 e em consonância com o apresentado, em termos que atende aos requisitos constantes dos arts. 29, 30 e 31, todos do Decreto Estadual nº 47.383/2018, tendo sido recolhida a respectiva taxa.

5. CONCLUSÃO

Por fim, nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual 47.383/2018 e com base nas informações trazidas acima, sugerimos o deferimento da solicitação de prorrogação de prazo do item 02 referentes aos Efluentes Sanitários para o ano de 2023 e a exclusão do mesmo item para os



anos posteriores. O item 03 referentes aos efluentes atmosféricos permanece, porém com redação alterada conforme supracitado, OUVIDA a Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro – URA TM. As demais condicionantes permanecem inalteradas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro -
Coordenação de Controle Processual**

Decisão FEAM/URA TM - CCP nº. 8/2024

Belo Horizonte, 18 de março de 2024.

Indexado ao processo: P.A. SLA nº. 344/2021

Empreendimento/Empreendedor: Gildo Mantuan Neto/Fazenda Batalha - Matrículas 12.694 e 12.695

CNPJ/CPF: 052.197.038-54

Município: Estrela do Sul/MG

Atividade(s): G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e G-01-01-5 Horticultura (floricultura oecultura, fruticultura, viveicultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas).

DECISÃO

Considerando a delegação de competência prevista no **artigo 2º, CAPUT, do Decreto Estadual nº. 47.787/2019;**

Considerando o que dispõe o **art. 3º, e seus incisos, do Decreto Estadual nº. 47.383/2018;**

Considerando a competência trazida pelo **arts. I ao IV, do § 1º e inciso I, do art. 51, do Decreto Estadual nº. 47.787/2019;**

Considerando o Parecer Único da URA TM, que sugere o DEFERIMENTO da EXCLUSÃO do **item 03 do Programa de Automonitoriamento**, bem como a PRORROGAÇÃO do **item 02 referente aos Efluentes Líquidos para o ano de 2023, ambas vinculadas ao Parecer Técnico Nº 25508191 (SEI).**

DECIDO pelo **DEFERIMENTO** do presente requerimento de **EXCLUSÃO** do item 03 do Programa de Automonitoriamento, bem como a **PRORROGAÇÃO** do item 02 referente aos Efluentes Líquidos para o ano de 2023, ambas vinculadas ao Parecer Técnico Nº 25508191 (SEI).

Publique-se e dê ciência ao interessado na forma da lei.

BRUNO NETO DE ÁVILA

CHEFE REGIONAL

UNIDADE DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Neto de Avila, Superintendente**, em 18/03/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84243940** e o código CRC **4FE248D6**.

Referência: Processo nº 1370.01.0007643/2023-28

SEI nº 84243940

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DISCIPLINAR – CAD Termo de Ajustamento Disciplinar - Compromissário: E.B.M.L., Masp 1.1xx.7xx-0. Ementa: descumprimento dos deveres dispostos no artigo 216, incisos IV, V e VI, e artigo 217, incisos I e III, da Lei nº 869/52. Prazo de cumprimento: 2 (dois) anos.
Belo Horizonte, 15 de março de 2024
Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida
Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finança

18 1918219 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata – URA ZM, torna público que Cemig Geração Sul S.A. – CGH Paciência, através do processo SLA nº 2901/2023 - Classe 4, solicitou Licença de Operação Corretiva para a atividade de Central Geradora Hidrelétrica – CGH, no município de Matias Barbosa/MG. Informa que foi apresentado o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial-PACUERA, e que o mesmo encontra-se à disposição dos interessados na Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata – URA ZM, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, mediante agendamento, ou através do site oficial da SEMAD. Comunica que os interessados possuem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da desta publicação para apresentar manifestação.

(a) Dorgival da Silva
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

18 1918307 - 1

O Chefe da Regional da URA Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDA a prorrogação e a exclusão da condicionante do processo abaixo identificado: 1) Licença Ambiental Simplificada (LAS-RAS): *Gildo Mantuan Neto/Fazenda Batalha – Matrículas 12.694 e 12.695 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); - Estrela do Sul/MG, - PA SLA nº 344/2021. - Classe 3. Decisão: Exclusão do item 03 do Programa de Automonitoramento, bem como a prorrogação do item 02 referentes aos Efluentes Líquidos para o ano de 2023, ambas vinculadas ao Parecer Técnico Nº 25508191 (SEI)

(o) Bruno Neto de Ávila
Chefe Regional da Unidade de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

18 1917872 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: 1)*Renovação de Licença de Operação (LAC 1): *Egir Comercial Ltda/ Fazenda Segredo - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - João Pinheiro/MG - Processo: 449/2024 - Classe 4.

(a) Ricardo Barreto Silva
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste

18 1918099 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 08 (oito) anos:

1. Elza Helena Fonseca Gonçalves, Lavanderias industriais para tingimento e/ou amaciamento e/ou outros acabamentos químicos e/ou lavagem a seco que utilizem solventes orgânicos, Guaranésia/MG, Processo nº 2910/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Município de Pouso Alegre, Canalização e/ou retificação de curso d'água, Pouso Alegre/MG, Processo nº 2704/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Auto Posto Dom Viçoso Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Dom Viçoso/MG, Processo nº 400/2024. 2. Benedito Catani de Paula e Cia Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Monte Santo de Minas/MG, Processo nº 380/2024. 3. Crust Logística e Representação Ltda., Secagem e salga de couros e peles, Campo Belo/MG, Processo nº 399/2024. 4. Ecolar Loteadora Passos Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Passos/MG, Processo nº 393/2024. 5. Ricardo de Moraes, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, Jacutinga/MG, Processo nº 389/2024. 6. GT Promoções e Serviços Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Varginha/MG, Processo nº 418/2024. 7. J A de Oliveira Marcenaria, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Camanducaia/MG, Processo nº 410/2024. 8. Luiz Marcos Pereira Goulart, Processamento ou reciclagem de sucata, Pedralva/MG, Processo nº 420/2024. 9. A Senhora das Especiarias Ltda., Fabricação de vinagre, conservas e condimentos, Gonçalves/MG, Processo nº 425/2024. 10. Valdir da Silva Rezende, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Monte Santo de Minas/MG, Processo nº 433/2024.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. João Márcio Campos, Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Virgínia/MG, Processo nº 2288/2023, classe 2, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) CIMCOOP S/A – Engenharia e Construções, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 431/2024.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foram concedidas as licenças ambientais abaixo identificadas:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) BR Mineraias Comércio de Produtos e Extração Mineral Eireli, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados; central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, São José da Lapa/MG, Processo nº 2916/2023, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 18/03/2034. 2) Município de São Joaquim de Bicas, unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, São Joaquim de Bicas/MG, Processo nº 351/2024, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 18/03/2034.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

18 1918262 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente no uso de suas atribuições, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 20, II, da Lei Delegada nº 175, de 26/01/2007, alterada pelo art. 16 da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, a servidora MARINA VASCONCELOS VILAÇA SANTOS, MASP 752.471-3 pela remuneração do cargo efetivo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Nível IV, Grau G, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão do DAI-22 MA1100440, a partir de 18/03/2024.

18 1918323 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a CAMILA RITA DA SILVA, MASP 1477837-7, a gratificação temporária estratégica GTSE-2 FL1100148, a contar de 15/03/2024.

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, CAMILA RITA DA SILVA, MASP 1477837-7, do cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100051, a contar de 15/03/2024.

18 1918331 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44 de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 69186/2023, Usuário: Antônio Fernandes , Grão Mogol, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601354/2024.*Processo nº 25122/2023,Usuário:Colonial Agropecuária Ltda.,Verdelândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601358/2024. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Norte de Minas.Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 18 de Março de 2024.

18 1918101 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44 de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Cancela-se o arquivamento do processo nº 63441/2019 publicado dia 14/04/2011.Requerente: Aluísio Mendes Conceição.–CPF:700.***.***.***.Motivo:Deferido o pedido de reconsideração. Município:Porteirinha-MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Norte de Minas.Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 18 de Março de 2024.

18 1917991 - 1

A Chefe URA Norte de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 38 do Decreto Estadual nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: *Retifica-se a portaria nº 0603194 publicada dia 30/04/2021. Outorgado: Rodrigo Pinto Canabrava. CPF: 291.***.***.***. Onde se lê: -I- O bombeamento/captação somente será permitido após a instalação dos dispositivos de monitoramento exigidos pela Portaria Igam nº 48, de 2019. -II- Comprovar a instalação do sistema de medição e horímetro nas captações de águas subterrâneas por meio de poços tubulares e dos dispositivos que permitam a coleta de água para monitoramento de qualidade e medições de nível estático, conforme estabelecido pela Portaria Igam nº 48, de 2019. PRAZO: até 60 dias após a publicação da portaria de outorga. -III- O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir ART expedida pelo CREA. -IV- Realizar leituras diárias de vazão captada e do tempo de captação, armazenando-as na forma de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. (Aplicável para volume menor que 50 m³ diário). -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. (Aplicável para volume menor que 50 m³ diário). -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no

MINAS GERAIS

de medição. -VI- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria IGAM nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. -VII- Comprovar a implantação de laje de proteção, em concreto armado, com cobertura mínima de 1,5 x 1,5m, espessura mínima de 10 cm e com declividade para as bordas, por meio de relatório fotográfico. PRAZO: Até 90 (noventa) dias a partir da publicação da portaria de outorga. -VIII- Apresentar cópia de protocolo de notificação junto à Vigilância Municipal em Saúde, sobre a captação de água outorgada na presente portaria, informando que se destina ao consumo humano, para que a mesma possa acompanhar o atendimento à Portaria de Consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde. Leia-se: -I- Realizar leituras semanais de vazão captada e do tempo de captação, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital, quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. As medidas deverão ser realizadas no mesmo dia da semana, salvo quando justificado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. (Aplicável para volume maior ou igual a 50 e menor que 100 m³ diário). -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -III- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria Igam nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Município: Bocaina - MG. 2023 publicada dia 29/04/2021.

Outorgado: Rodrigo Pinto Canabrava. CPF: 291.***.***.***. Onde se lê: -I- Realizar leituras diárias de vazão captada e do tempo de

captação, armazenando-as na forma de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -III- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria Igam nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Leia-se: -I- Realizar leituras mensais de vazão captada e do tempo de captação, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital, quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. As medidas deverão ser realizadas na mesma semana de cada mês. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. (Aplicável para volume menor que 50 m³ diário). -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -III- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria Igam nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Município: Engenheiro Navarro – MG.

*Retifica-se a portaria nº 0603319 publicada dia 29/04/2021. Outorgado: Rodrigo Pinto Canabrava. CPF: 291.***.***.***. Onde se lê: -I- O bombeamento/captação somente após a instalação dos dispositivos de monitoramento exigidos pela Portaria Igam nº 48/2019. -II- Comprovar a instalação do sistema de medição e horímetro nas captações de água subterrânea por meio de poços tubulares e dos dispositivos que permitam a coleta de água para monitoramento de qualidade e medições de nível estático, conforme estabelecido pela Portaria Igam nº 48, de 2019. PRAZO: até 60 dias após a publicação da portaria de outorga. -III- O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. -IV- Realizar leituras diárias de vazão captada e do tempo de captação, armazenando-as na forma de planilhas, ou de outra forma determinada pelo Igam, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. -V- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. -VI- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria IGAM nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Leia-se: -I- Realizar leituras semanais de vazão captada e do tempo de captação, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital, quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. As medidas deverão ser realizadas no mesmo dia da semana, salvo quando justificado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. (Aplicável para volume maior ou igual a 50 e menor que 100 m³ diário). -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -III- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria Igam nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Município: Engenheiro Navarro - MG.

*Retifica-se a portaria nº 0603192 publicada dia 29/04/2021. Outorgado: Rodrigo Pinto Canabrava. CPF: 291.***.***.***. Onde se lê: -I- Realizar leituras diárias de vazão captada e do tempo de captação, armazenando-as na forma de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no período de estiação e outra no período chuvoso, armazenando os dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da publicação da portaria de outorga. -III- Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria Igam nº 48, de 2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Leia-se: -I- Realizar leituras mensais de vazão captada e do tempo de captação, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital, quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. As medidas deverão ser realizadas na mesma semana de cada mês. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. (Aplicável para volume menor que 50 m³ diário). -II- Efetuar medições do nível estático, com periodicidade não superior a seis meses, garantindo uma medição no



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202403190001420112.

Publicação Diário Oficial de MG - 19/03/2024 - p. 12 (84355204)

SEI 1370.01.0007643/2023-28 / pg. 9